

1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos quatorze dias de**
2 **outubro de dois mil e nove.** Estavam presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1.**
3 **Movimentos Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sra. Marta
4 de Jesus N. Rocha, Sr. Waldomiro Aprile Junior; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra.
5 Izabel Pereira de Oliveira, Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta,
6 Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José Marta da Costa; **I.4. Associação de**
7 **Portadores de Patologias:** Sra. Érica da Silva Vitorino; **I.5. Movimentos Sindicais:** Sr. Adilson Momente, Sr.
8 Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos**
9 **Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Francisca Francilete da Silva, Sr. João das Graças Silva; **b. VISA:** Sra.
10 Eloísa Israel de Macedo; **c. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sr. Antônio Facin,
11 Sra. Wilma Rosendo da Silva; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos, Sr. Wander de
12 Oliveira Villalba; **II.3. Associações de Docentes das Universidades:** Sr. Mauro Antônio Pires D. da S.; **III.**
13 **Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra. Maria Cecília Brandt Piovesan, Sr. Salvador Affonso F.
14 Pinheiro; **III.2. Hospitais Universitários:** Sr. Edson Bueno; **III.3. Universidades:** Sra. Elizabeth Aparecida Costa,
15 Sra. Geowanna Aparecida Higino S. Santos; **III.4. Prestadores em Serviço em Co-Gestão:** Sr. Eduardo Gaiger
16 Keunecke; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I. Usuários: I.1. Movimentos Sociais:** Sra. Cristina
17 Rodrigues da Silva; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Soeli Alves Monteiro Gava; **I.3. Conselhos Locais de**
18 **Saúde:** Sra. Doraci Bonardo de O. Rossi; **I.4. Movimentos Sindicais:** Sra. Mercedes dos Santos; **II.**
19 **Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Hospitais e/ou Prontos-**
20 **Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sra. Neusa Aparecida Cardoso Carvalho; **II.2. Entidade de Prestadores**
21 **de Serviços de Saúde Privados:** Sra. Tereza Maria Teixeira de Oliveira; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal**
22 **de Saúde:** Sr. Edison Martins da Silveira, Sra. Lígia Aparecida Neaime de Almeida, Sra. Sílvia Aparecida Maria
23 Lutaif Dolci Carmona. O Sr. André Ribeiro, da Mesa Diretora, iniciou a reunião dando as boas vindas a todos os
24 conselheiros e convidados e realizou a leitura da ordem do dia, sendo: **I. Informes, II. Apresentação e votação**
25 **da Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde – 2º Trimestre de 2009**, apresentada pelo Sr. Fábio
26 Forte de Andrade – Diretor do Fundo Municipal de Saúde, **III. Apresentação da Peça Orçamentária da**
27 **Secretaria Municipal de Saúde para 2010**, apresentada pelo Sr. Fábio Forte de Andrade. O Sr. José Carlos
28 justificou a ausência do Sr. Pedro Humberto, presidente do CMS, e da Sra. Maria Ivonilde, coordenadora da
29 Comissão da Secretaria Executiva, e informou que a Executiva havia elegido, interinamente, a Sra. Maria Cecília
30 Brandt Piovesan como coordenadora da Secretaria Executiva, assumindo a presidência interina na presente
31 reunião. Após realizou a leitura do ofício 145 acerca da eleição do Sr. Nilton Pereira Junior como conselheiro
32 usuário, pelo segmento dos Movimentos Sociais. A Sra. Yara lembrou que a Comissão Eleitoral estava presente
33 no dia da eleição, sendo que ocorreu a confusão. Após a leitura e análise dos documentos, fora entendido a
34 impossibilidade da manutenção do Sr. Nilton como conselheiro usuário, porém, sendo importantíssima a
35 participação do CEBES no CMS. O Sr. Nilton afirmou ser estudante de Medicina, referiu não ter tido acesso ao
36 ofício anteriormente e falou sobre algumas incorreções no ofício, tais como: não possui vínculo com a Saúde,
37 como residente médico, recebe através de verbas da Secretaria Estadual de Educação e não da Saúde, o CEBES
38 não representa somente os trabalhadores, existindo usuários participando da entidade. Concordou com a Sra.
39 Yara sobre a soberania do Pleno e ressaltou que o CEBES estará sempre presente nas reuniões. Lembrou que os
40 estudantes também compõem Movimentos Sociais. O Sr. José Carlos encaminhou a proposta do Sr. Nilton
41 encaminhar para a Secretaria Executiva seus pontos de defesa para a discussão mais apropriada. Fora
42 empossada a Sra. Marta, como conselheira usuária titular, pelos Movimentos Sociais. Passada a palavra para o
43 Sr. Fábio, iniciou a apresentação da Prestação de Contas do 2º Trimestre de 2009 e do Acumulado do 1º
44 Semestre de 2009, explicando a importância e a necessidade desta apresentação. Explanou sobre as fontes de
45 recursos da Prefeitura, sendo a receita municipal do 1º semestre R\$ 825.077.911,94 (oitocentos e vinte e cinco
46 milhões, setenta e sete mil, novecentos e onze reais e noventa e quatro centavos). A despesa com Saúde no 1º
47 semestre foi no valor de R\$ 313.483.576,31 (trezentos e treze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil,
48 quinhentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos), sendo mostrado detalhadamente onde foi gasto esta
49 verba. Abertas as falas, o Sr. Mendes apontou que não havia conseguido visualizar a apresentação. A Sra.
50 Francisca reconheceu os investimentos na saúde como novos medicamentos presentes na rede, porém,
51 apontou o problema com investimentos na Saúde Básica, como a falta de transporte, causando o impedimento
52 de visitas à pacientes acamados, citou, ainda, a falta de combustível para os veículos da prefeitura. Questionou
53 ainda sobre os direitos trabalhistas dos funcionários do Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”. A Sra. Dirce
54 apontou o aumento da verba e contrastou com a falta de medicações e médicos. A Sra. Izabel solicitou
55 explicações acerca de desapropriações. Falou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e sobre a deficiência na

56 manutenção das unidades de saúde. Apontou a influência da falta de transportes no trabalho da Comissão de
57 Visitas. Discorreu sobre os problemas do Pronto Atendimento São José, como portas quebradas, banheiros sem
58 portas, gerando uma situação desumanizada. Afirmou que a falta de trabalhadores gera sobrecarga nos poucos
59 trabalhadores da rede pública, acarretando em prejuízos para os usuários. Questionou sobre o repasse de
60 verbas do Programa de Saúde da Família e sobre o funcionamento deste. A Sra. Maria Helena questionou sobre
61 os convênios com a União e com o estado. Perguntou ainda sobre os gastos com segurança e vigilância,
62 questionando se não haveria possibilidade de fazer esse serviço com a Guarda Municipal. Perguntou, ainda,
63 sobre o projeto de reformas para o Pronto Atendimento Centro. O Sr. Fábio afirmou que a apresentação fora
64 encaminhado com tempo hábil, disse que os mandatos judiciais têm onerado muito a Secretaria Municipal de
65 Saúde, chegando a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Para a Atenção Básica, o Ministério da Saúde
66 repassa 20% (vinte por cento), no caso R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) por equipe completa,
67 sendo complementado pela Secretaria Municipal da Saúde. Sobre o transporte, apontou o problema em
68 relação ao fornecimento, devido a transição de contratos. Apontou que Campinas é a primeira em
69 investimentos em saúde, porém existem muitos problemas, sendo que alguns não dependem da
70 governabilidade da Secretaria de Saúde, como a diminuição da arrecadação de impostos, acarretando atrasos
71 em pagamentos. Explicou que desapropriação é a compra do terreno pela Prefeitura para a construção de um
72 Centro de Saúde. Falou que a Lei de Responsabilidade Fiscal abrange toda a Prefeitura. Afirmou que o
73 Ministério da Saúde não repassa verbas para as equipes do Programa da Saúde da Família incompletas. Em
74 relação aos convênios com a União e do estado, explicou que a União repassa 30% (trinta por cento) do gasto e
75 o estado encaminha os Termos Aditivos (TAs). Informou que o Fundo Municipal de Saúde possui CNPJ,
76 garantindo mais autonomia para a Secretaria de Saúde gerenciar sua verba. Sobre a questão da segurança,
77 apontou a necessidade de um debate detalhado e aprofundado, pois nenhuma unidade de saúde quer ficar
78 sem guardas da GOCIL. A Sra. Valéria esclareceu que o Centro de Saúde São José apresenta-se equacionada em
79 relação aos recursos humanos. Afirmou que se existe alguma demanda, faz-se necessário a comunicação ao
80 coordenador da unidade. Informou que houve problemas no Centro de Saúde Carvalho de Moura com o
81 quadro de funcionários, sendo resolvido com a realocação de médicos. Afirmou que existe sérios problemas
82 com a fixação de médicos em algumas unidades. Informou que das 25 (vinte e cinco) vagas para médicos
83 generalistas, sendo que 20 (vinte) vagas foram escolhidas, porém 13 (treze) apresentaram desistência. Sobre a
84 falta de medicamentos no Centro de Saúde do São José, respondeu que houvera uma readequação da cota.
85 Informou ainda que já fora solicitada a manutenção do Pronto Atendimento São José. A Sra. Maria Cecília
86 informou que o Pronto Atendimento Centro encontra-se no prédio da Irmandade de Misericórdia, o qual
87 possui um problema no convênio, o qual está sendo solucionado. Informou que o projeto para reforma e
88 readequação, inclusive com o Raio-X, já está pronto. O Dr. Saraiva informou que desconhecia o problema com
89 o carregamento de passe, negou que seja contingenciamento, sendo uma medida unilateral do parceiro a
90 interrupção do serviço. Informou que houve atraso no pagamento e dificuldades para a renovação do contrato
91 com a TRANSURC, porém não justificando a interrupção de um serviço imprescindível. Relatou que a Secretaria
92 de Saúde fornece centenas de medicamentos. Informou que existem alguns problemas sazonais com algumas
93 empresas que vencem a licitação, porém atrasam o fornecimento de medicamentos. Em relação ao problema
94 com a falta de medicamento, apontou a necessidade de verificar qual o medicamento que falta e o porque isso
95 ocorre. Discorreu sobre a problemática da falta de responsabilidade na interrupção do fornecimento de
96 insumos e medicamentos, onde as empresas distribuidoras não trabalham com material que poderia faltar,
97 como material de escritório, e sim, materiais essenciais para o funcionamento da Saúde em um município.
98 Enfatizou que a legislação não prevê uma punição neste caso, prejudicando o usuário. Defendeu que a
99 sociedade deveria cobrar dos profissionais formados por universidades públicas e por verbas públicas o
100 trabalho no setor público. Citou que o governo do estado não forneceu a bolsa de estudo para a PUC para a
101 especialidade médico da família. Afirmou que o problema da desassistência médica é nacional, colocou-se
102 sensível as reclamações apontadas, e informou que o município oferece 10.000 (dez mil) consultas por dia e
103 20.000 (vinte mil) procedimentos por dia. Lembrou que Campinas é uma metrópole, onde muitos usuários de
104 fora da cidade vem procurar atendimento e tratamento médico aqui. Apontou a diminuição da mortalidade
105 infantil como um importante indicador da qualidade da saúde, com mérito da atenção básica da saúde e da
106 infra-estrutura, porém afirmou sobre a necessidade de melhorar ainda mais. O Sr. Bruno parabenizou o Sr.
107 Fábio pela apresentação e questionou a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde o porcentual máximo permitido
108 com gastos com recursos humanos é 51% (cinquenta e um por cento) de toda a prefeitura e os gastos com o
109 Hospital Municipal Dr. Mário Gatti. Argumentou sobre a necessidade da Saúde extrapolar o limite da Lei da
110 Responsabilidade Fiscal. Questionou sobre o porcentual das verbas pagas às empresas terceirizadas são

111 repassadas aos trabalhadores destas. Sugeriu o uso de telefonia por vozip entre as unidades de saúde para
112 reduzir os gastos com a telefonia. A Sra. Liana referiu ser um absurdo o gasto com o convênio com a PUCC,
113 onde existe um atendimento comprometido pela porta dupla. A Sra. Vera apontou seu orgulho em trabalhar
114 no SUS Campinas, dizendo ser o melhor SUS do Brasil. Afirmou que os conselheiros municipais de saúde
115 possuem uma imensa responsabilidade. Questionou sobre o repasse no convênio com a PUCC e quais os
116 critérios para a contratação de serviços terceirizados, como segurança e limpeza. O Sr. Francisco Chagas
117 agradeceu a construção do Centro de Saúde Orozimbo Maia e a implantação do período integral com equipe
118 de acolhimento. Afirmou que o acolhimento no Complexo Hospitalar Ouro Verde foi bem estruturado. O Sr.
119 Francisco reforçou a fala da Vera e solicitou ao Dr. Saraiva a divulgação das empresas que apresentaram
120 problemas no fornecimento de insumos. Afirmou que o repasse do PSF não ocorre quando há falta de qualquer
121 profissional e não só de médicos. Argumentou que trabalhar no SUS deve ser gratificante e uma opção de vida,
122 e não uma obrigação, prejudicando o atendimento aos usuários. O Dr. Saraiva ressaltou seu ponto de vista
123 onde discorda do estado financiar programas de cirurgia plástica e em países como Canadá, existe a
124 obrigatoriedade da permanência do médico no serviço público de saúde em contrapartida de sua
125 especialização. O Sr. Fábio respondeu que o cálculo da Lei da Responsabilidade Fiscal é maior, pois envolve a
126 receita municipal e propôs-se a trazer a base de cálculo da referida lei. Falou que os contratos estão disponíveis
127 na Secretaria de Saúde para consulta de qualquer conselheiro. Lembrou que as construções de novas unidades
128 geram novos custeios. Afirmou que o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti é contido no orçamento da Secretaria
129 de Saúde, pois a folha de pagamentos é da Secretaria e há o custeio do hospital, sendo a PUCC a metade do
130 valor investido no Mário Gatti. Explicou que uma parte da verba do convênio com a PUCC está vinculada ao
131 plano de metas, sendo papel do Conselho denunciar ao Fundo Municipal de Saúde o descumprimento. A Sra.
132 Maria Cecília afirmou que existe uma Comissão Gestora na PUCC atuante e as denúncias devem ser
133 encaminhadas a esta comissão. A Sra. Izabel solicitou uma questão de esclarecimento, onde explicou que o
134 Hospital e Maternidade Celso Pierro possui atendimento a convênios particulares e ao SUS e refletiu sobre as
135 formas para melhorar o atendimento, sendo necessária a formalização de uma denúncia e/ou reclamação para
136 a discussão na Comissão Gestora. Informou ainda a Comissão dos Usuários, que ocorre há cada 02 (dois)
137 meses, abertos a todos os usuários. A Sra. Vera questionou a razão de não investir as verbas em instituições
138 públicas e o fazer em instituições privadas. A Sra. Maria Cecília respondeu que a resposta ficará mais clara na
139 apresentação do Planejamento de Saúde e explicou que quando é realizada uma compra de serviço, isso
140 acontece com serviço complementar à capacidade do próprio. Em regime de votação nominal, **votaram**
141 **“favorável”** os seguintes conselheiros: André Rodrigues, João Xavier, Maria de Fátima, Marta de Jesus,
142 Waldomiro Aprille, Izabel Pereira, Maria Helena, Maria José, Érica da Silva, Sidney Mendes, Soeli Gava,
143 Mercedes, Francisca Francilete, Antônio Facin, Wander, Mauro Antônio, Tereza Maria Teixeira, Edson Bueno,
144 Eduardo Gaiger, Edison Martins, Lígia Aparecida, Sílvia Carmona; **votaram “contrário”** os seguintes
145 conselheiros: José Mendes; abstiveram-se os seguintes conselheiros: Eloísa Israel e Neusa Aparecida, sendo,
146 por 23 (vinte e três) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 02 (duas) abstenções, a **Prestação de Contas do**
147 **2º Trimestre de 2009 e Acumulado 1º Semestre de 2009 APROVADA** pelo Conselho Municipal de Saúde. Após
148 o Sr. José Carlos colocou em votação a prorrogação da reunião por mais 30 (trinta) minutos, sendo aprovado
149 por 23 (vinte e três) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 01 (uma) abstenção. O Sr. Fábio iniciou a
150 apresentação da Peça Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde para 2010, apontando um orçamento
151 previsto de R\$ 717.517.988,00 (setecentos e dezessete milhões, quinhentos e dezessete mil, novecentos e
152 oitenta e oito reais), detalhando os investimentos e custeios. A Mesa Diretora propôs a realização da discussão
153 sobre o assunto na próxima reunião, devido ao avançado da hora, sendo aceita pelos presentes. O Sr. Nilton
154 afirmou que, segundo a Resolução nº 333, o Conselho Municipal de Saúde deve discutir e aprovar a LDO (Lei de
155 Diretrizes Orçamentárias), o que não ocorreu, pois já fora encaminhada à Câmara dos Vereadores, constituindo
156 um erro político e jurídico. O Sr. Fábio respondeu que a montagem do orçamento é responsabilidade da
157 Secretaria Municipal de Finanças, sendo a proposta da Secretaria de Saúde encaminhada antes. Lembrou que
158 uma resolução tem força menor que um decreto, sendo os vereadores a responsabilidade da aprovação,
159 porém não fora discutida ainda, ocorrendo antes no Conselho Municipal de Saúde. O Sr. Francisco sugeriu que
160 o Conselho Municipal de Saúde delibere sobre a Peça Orçamentária, mesmo simbólica ou politicamente,
161 apontando suas decisões. Após, a Sra. Maria Cecília encerrou a presente reunião. Nada mais a ser tratado, eu,
162 José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ATA,
163 assinando-a com os demais presentes.